

REGULAMENTO PARA ELEIÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO E DE MEMBRO DO CONSELHO FISCAL DA UNILEVERPREV - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Artigo 1 - O presente Regulamento estabelece procedimentos que regem a eleição, através de voto direto, dos membros para o Conselho Deliberativo e para o Conselho Fiscal, nos termos da legislação em vigor e do Estatuto da UNILEVERPREV - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

CAPÍTULO II DOS CARGOS DE CONSELHEIROS

Artigo 2 - As vagas para a composição do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da UNILEVERPREV, objeto desta eleição, correspondem aos cargos a seguir relacionados, todos com mandato de três anos de duração, com início em 12 de janeiro de 2013.

- I - um conselheiro deliberativo e respectivo suplente;
- II - um conselheiro fiscal e respectivo suplente.

CAPÍTULO III PROCESSO ELEITORAL

Da Eleição

Artigo 3 - Para fins deste Regulamento serão denominados Eleitores, e terão direito a voto, todos os participantes ativos e assistidos inscritos na UNILEVERPREV até 31/08/2012, que estejam em gozo dos seus direitos estatutários.

Artigo 4 - A eleição ocorrerá em turno único, pelo voto direto e secreto dos participantes ativos e assistidos em gozo de seus direitos estatutários nos termos do Artigo 3, sendo que cada Eleitor poderá votar em um candidato à vaga no Conselho Deliberativo e em um candidato à vaga no Conselho Fiscal.

Artigo 5 - Cada eleitor poderá votar somente uma vez, independentemente do número de benefícios que recebe da UNILEVERPREV.

Da Comissão Eleitoral

Artigo 6 - Compete à Comissão Eleitoral realizar a eleição de que trata este Regulamento.

Artigo 7 - As Patrocinadoras deverão indicar os membros da Comissão Eleitoral, que será instalada com 5 (cinco) membros, sendo um deles indicado como Coordenador da Comissão Eleitoral.

Artigo 8 - Compete ao Coordenador da Comissão divulgar aos participantes ativos e aos assistidos a constituição da Comissão Eleitoral.

Artigo 9 - A Comissão reunir-se-á ordinariamente sempre que necessário, por convocação de seu Coordenador ou por decisão da maioria simples de seus integrantes.

Parágrafo 1º - Suas decisões serão tomadas por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, dois membros, sendo que na ausência do Coordenador, este indicará, dentre os demais membros, alguém como seu substituto.

Parágrafo 2º - O Coordenador da Comissão terá, além do seu voto, o voto de desempate.

Parágrafo 3º - Não poderão integrar a Comissão Eleitoral os candidatos, seus cônjuges ou companheiros e parentes até o 2º grau.

Artigo 10 - Compete à Comissão Eleitoral:

I - conduzir a execução e a coordenação geral do processo eleitoral;

II - elaborar e divulgar, aos participantes ativos e assistidos, comunicados referentes ao processo eleitoral;

III - receber e examinar o requerimento de inscrição de candidatos e documentação pertinente;

IV - em relação aos candidatos que tiverem vínculo empregatício com uma das Patrocinadoras na data da respectiva inscrição, consultar aquela Patrocinadora sobre eventual situação que os incompatibilize com o exercício do cargo para os quais se candidataram;

V - comunicar formal e imediatamente aos candidatos toda e qualquer irregularidade detectada na documentação a que se referem os Artigos 23 e 30 deste Regulamento;

VI - impugnar as inscrições de candidatos;

VII - homologar a inscrição do candidato que tenha atendido todos os requisitos e exigências contidas neste Regulamento;

VIII - comunicar formalmente aos candidatos, conforme o cronograma (Anexo I) , as candidaturas cujas inscrições foram homologadas;

IX - atribuir número de ordem aos candidatos, conforme ordem de chegada das inscrições;

X - informar aos candidatos cujas candidaturas foram homologadas a atribuição de número de ordem;

XI - comunicar aos participantes ativos e assistidos e ao Coordenador da Comissão as candidaturas cujas inscrições foram homologadas e o número atribuído a cada uma;

XII - relacionar-se com as Patrocinadoras no que concerne aos procedimentos operacionais referentes ao processo eleitoral;

XIII - imediatamente após a apuração dos votos, homologar o resultado final da eleição aos concorrentes, divulgar o referido resultado com o nome dos eleitos, bem como o total de votos conferidos a cada candidato, votos nulos, brancos e abstenções;

XIV - submeter imediatamente ao Coordenador da Comissão Eleitoral, para apreciação, as dúvidas suscitadas em relação ao processo eleitoral, com manifestação fundamentada e conclusiva da Comissão Eleitoral, com base no Estatuto da UNILEVERPREV e neste Regulamento;

XV - formar processo único com toda documentação recebida e expedida, relativa ao processo eleitoral, numerada seqüencialmente, a ser conservado pela UNILEVERPREV.

Artigo 11 - A Comissão Eleitoral se extinguirá automaticamente com a posse dos eleitos.

Da Mesa Apuradora

Artigo 12 - A Mesa Apuradora será composta pelos membros da Comissão Eleitoral.

Artigo 13 - A Comissão Eleitoral indicará o local, as datas e horários da apuração, divulgando essas informações pelo site www.unileverprev.com.br, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência do início da apuração.

Artigo 14 - Compete à Mesa Apuradora:

I - pelo Coordenador da Comissão Eleitoral, dirigir os trabalhos de apuração de votos;

II - receber os envelopes com os votos por correspondência e processá-los de acordo com as regras de apuração definidas nos Artigos 45 a 59 deste Regulamento;

III - apreciar eventual pedido de impugnação apresentado por Fiscal de qualquer dos candidatos;

IV - elaborar mapas de apuração dos votos e atas contendo, entre outros fatos, as irregularidades ou pedidos de impugnação, com a respectiva decisão.

V - dispensar tratamento isonômico aos Fiscais de todos os candidatos.

Da Convocação da Eleição

Artigo 15 - A eleição será convocada pela Comissão Eleitoral, por intermédio do Edital de Convocação, da emissão de carta a todos os eleitores e através da divulgação no site www.unileverprev.com.br.

Da Campanha Eleitoral

Artigo 16 - É facultada ao candidato a realização de campanha eleitoral, após a confirmação de sua candidatura.

Artigo 17 - O Candidato é responsável pelas matérias que veicular e arcará com eventuais perdas e danos que causar a terceiros ou à UNILEVERPREV.

Artigo 18 - Durante a campanha, a UNILEVERPREV divulgará, pelo seu site ou por outros meios, as informações relativas ao currículo do candidato e sua proposta de trabalho no Conselho Deliberativo ou Fiscal, de acordo com formatação preestabelecida, vedada a distinção de tratamento entre candidatos.

Parágrafo 1º - A UNILEVERPREV se reserva o direito de não publicar matéria ofensiva à moral, aos bons costumes, à ordem pública ou à imagem de qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive às Patrocinadoras e à própria UNILEVERPREV.

Parágrafo 2º - A UNILEVERPREV não incorrerá em custos de campanha dos candidatos, além dos previstos no caput deste artigo.

Dos Fiscais da Apuração

Artigo 19 - Os candidatos poderão, objetivando a garantia do cumprimento dos termos deste Regulamento, sob sua responsabilidade e expensa, fiscalizar os trabalhos da Comissão Eleitoral, durante o processo de apuração dos votos, observando-se que:

I - o candidato poderá indicar, para esse fim, um único representante (Fiscal) seu para o processo de apuração;

II - o representante (Fiscal) do candidato deverá ser, necessariamente, participante da UNILEVERPREV.

Artigo 20 - A indicação do representante (Fiscal), para o fim previsto no artigo anterior, será feita pelo candidato à Comissão Eleitoral até 05 (cinco) dias antes da data das Eleições, observando-se que:

I - compete ao candidato levar ao conhecimento de seu representante (Fiscal) os termos do presente Regulamento, na íntegra;

II - compete ao representante do candidato (Fiscal) conhecer a norma eleitoral.

Artigo 21 - O exercício da fiscalização será pautado no respeito pessoal, na ética e no bom senso.

Artigo 22 - Não será permitido à fiscalização, em hipótese alguma, perturbar a ordem e o andamento normal dos trabalhos da Comissão Eleitoral, devendo ser observado, caso ocorra o descumprimento da determinação contida acima, que:

I - o Fiscal faltoso receberá uma única advertência pelo Coordenador da Comissão Eleitoral no sentido de adequar-se à norma;

II - mantido o comportamento faltoso, o Fiscal será convidado a retirar-se do recinto da apuração, não podendo ser substituído; e

III - dependendo da gravidade da falta cometida, a critério da Comissão Eleitoral, a candidatura representada pelo Fiscal faltoso poderá ser impugnada.

CAPÍTULO III INSCRIÇÃO E CANDIDATURA

Dos Requisitos

Artigo 23 - Poderá participar do processo eleitoral, na condição de candidato titular ou suplente, o participante ativo ou assistido que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser participante assistido ou ativo, sendo que para este último caso, o participante deverá estar contribuindo para um dos planos da UNILEVERPREV, no mínimo, por 3 (três) anos;

II - ter formação universitária;

III - ter, no mínimo, 5 (cinco) anos de vínculo empregatício com, pelo menos, uma das Patrocinadoras;

IV - possuir conduta pessoal e funcional ilibada, reconhecida pela empresa à qual está vinculado.

Parágrafo 1º - Além dos requisitos acima, nos termos da legislação em vigor, os candidatos deverão:

I - ter comprovada experiência no exercício de atividade em uma das seguintes áreas: financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

- a experiência mencionada terá como base o exercício de cargos nas áreas especificadas, compatível com as atribuições e responsabilidades das funções do membro do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal e deverá ser comprovada por meio da Declaração (Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal), e Currículo, conforme os modelos anexos.

II - não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

- a comprovação deverá ocorrer por meio de certidões obtidas junto à Justiça Estadual e Federal. No ato da inscrição poderão ser aceitos protocolos de requisição, devendo o candidato apresentar posteriormente as certidões.

III - não haver sofrido pena administrativa por infração de legislação à seguridade social, inclusive da previdência complementar, ou como servidor público.

A comprovação deverá ocorrer por meio de Declaração (Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal), conforme os modelos anexos.

Parágrafo 2º - No ato da inscrição, cada candidato e respectivo suplente ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal deverá apresentar documentos comprobatórios dos requisitos dos incisos I a IV deste artigo e nos incisos I a III do Parágrafo 1º deste artigo.

Dos Impedimentos

Artigo 24 - Não será aceita inscrição de candidato ou suplente que:

I - não atenda as condições definidas no Artigo 23;

II - tenha exercido cargo na Diretoria Executiva da UNILEVERPREV, e não tenha ainda obtido aprovação de suas contas, quando candidato à vaga no Conselho Deliberativo.

III - tenha exercido cargo na Diretoria Executiva da UNILEVERPREV, e não tenha ainda obtido aprovação de suas contas, quando candidato à vaga no Conselho Fiscal.

IV - guardar, relativamente aos demais concorrentes à vaga de membro do Conselho Deliberativo ou à vaga de membro do Conselho Fiscal, relação conjugal ou decorrente de união estável, de parentesco consanguíneo ou afim até o segundo grau, inclusive.

Artigo 25 - O candidato não poderá se inscrever, simultaneamente, para concorrer à vaga de membro do Conselho Deliberativo e à vaga de membro do Conselho Fiscal.

Da Inscrição

Artigo 26 - Para requererem a inscrição, os candidatos ao cargo de Conselheiros deverão atender às condições de elegibilidade previstas neste Regulamento.

Artigo 27 - Os Requerimentos de Inscrição (Anexo II) deverão ser endereçados à Comissão Eleitoral, assinados pelos candidatos, e entregues ou enviados à sede da UNILEVERPREV, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, no. 1309, 9º andar - Parte, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04543-011.

Parágrafo 1º - No respectivo Requerimento de Inscrição, cada candidato deverá indicar, obrigatoriamente, sua condição de candidato concorrente à vaga de efetivo ou de candidato à vaga de suplente em determinada chapa, numerada sequencialmente com base na ordem de inscrição prevista no Artigo 10.

Parágrafo 2º - As inscrições enviadas via Correios, deverão ser na modalidade SEDEX e transmitidas, concomitantemente, pelo fax n.º (11) 3568-9931, contendo recibo desta postagem.

Artigo 28 - Na hipótese de a inscrição ser efetuada por meio eletrônico, a Comissão Eleitoral deverá cientificar o interessado do recebimento do pedido de inscrição, também por meio eletrônico.

Artigo 29 - O prazo para a inscrição dos candidatos será aquele previsto no Cronograma e divulgado através dos meios previstos no Artigo 15.

Artigo 30 - Deverão ser encaminhados para a UNILEVERPREV, juntamente com o Requerimento de Inscrição e os documentos exigidos no Artigo 23 deste Regulamento, dentro do prazo de inscrição a que se refere o caput do artigo anterior, os seguintes documentos:

I - declaração do candidato, de observância aos pré-requisitos exigidos para concorrer ao pleito, e, ainda, de conhecimento do Regulamento, assinada, com firma reconhecida (Anexo III) , tanto do concorrente titular como do suplente;

II - currículo sintético de cada candidato, titular ou suplente, nos termos do Anexo IV.

Artigo 31 - O candidato titular que não preencher as exigências da legislação, do Estatuto da entidade e deste Regulamento Eleitoral para concorrer ao pleito, terá sua inscrição e a do suplente indeferidas.

Parágrafo único. Caso a inscrição do suplente é que seja a indeferida, o candidato titular poderá substituir o candidato suplente, devendo, para tanto, observar o prazo máximo de 2 (dois) dias.

Da Divulgação dos Inscritos

Artigo 32 - Encerrado o prazo fixado para recebimento dos Requerimentos de Inscrição, a Comissão Eleitoral divulgará, por intermédio do site da UNILEVERPREV, a relação dos candidatos que requereram inscrição para concorrer ao cargo de Conselheiro.

Da Impugnação ou da Desistência de Candidato

Artigo 33 - Será concedido o prazo de 2 (dois) dias, contados da data da divulgação dos nomes dos inscritos, para solicitação, por qualquer eleitor, de impugnação de inscrição, solicitação esta necessariamente motivada e comprovada, além de circunscrita ao cumprimento dos requisitos descritos no Artigo 23 deste Regulamento.

Parágrafo Único - A solicitação de impugnação de inscrição deverá ser remetida à UNILEVERPREV, endereçada à Comissão Eleitoral, e poderá ser feita por participantes ativos e assistidos.

Artigo 34 - Recebida a solicitação de impugnação, dentro do prazo previsto no Artigo 33, a Comissão Eleitoral a enviará ao candidato impugnado, que terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de recebimento da notificação, para apresentar recurso, remetendo a documentação à UNILEVERPREV, endereçada à Comissão Eleitoral.

Artigo 35 - A Comissão Eleitoral decidirá, em instância única e definitiva, sobre o mérito do recurso contra a impugnação, elaborando a lista final com os nomes dos candidatos e respectivos suplentes inscritos, divulgando-a pelo site da UNILEVERPREV.

CAPÍTULO IV VOTAÇÃO

Do Início da Votação

Artigo 36 - A votação será iniciada no dia previsto no Cronograma.

Da Votação via Internet

Artigo 37 - As instruções para a votação pela Internet serão divulgadas no site www.unileverprev.com.br.

Artigo 38 - A votação via Internet dar-se-á por intermédio de sistema próprio ou contratado, sem possibilidade de identificação do voto.

Artigo 39 - O eleitor que optar pela votação via Internet deverá fazê-lo através do seu acesso individual de participante no site www.unileverprev.com.br.

Artigo 40 - O eleitor somente poderá votar uma única vez pela Internet.

Artigo 41 - Na data prevista no Cronograma para o encerramento da eleição, a Comissão Eleitoral dará por concluída a fase de votação, retirando do ar o módulo de votação do site www.unileverprev.com.br.

Da Votação por Correspondência

Artigo 42 - Para a votação por correspondência, a Comissão Eleitoral remeterá aos participantes ativos e assistidos:

- I - as instruções para a votação por correspondência;
- II - a cédula eleitoral com os nomes dos candidatos;
- III - o envelope porta-cédula, que não poderá ter qualquer identificação;
- IV - o envelope carta-resposta (porte pago) para envio do voto, com identificação do eleitor no verso (nome e matrícula).

Parágrafo 1º - O material para votação será remetido aos eleitores, no mínimo, 7 (sete) dias antes da data para encerramento da votação.

Parágrafo 2º - O eleitor consignará o seu voto para o Conselho Deliberativo no quadrado ao lado do nome da chapa inscrita, com apresentação do candidato titular e respectivo suplente, sem introduzir qualquer outra marca na cédula, sob pena de nulidade de voto, dobrando a cédula e colocando-a no envelope porta-cédula.

Parágrafo 3º - O eleitor consignará o seu voto para o Conselho Fiscal no quadrado ao lado do nome da chapa inscrita, com apresentação do candidato titular e respectivo suplente, sem introduzir qualquer outra marca na cédula, sob pena de nulidade de voto, dobrando a cédula e colocando-a no envelope porta-cédula.

Parágrafo 4º - Devidamente fechado, com a cédula no seu interior, o envelope porta-cédula deverá ser acondicionado no envelope carta-resposta (porte pago) e postado exclusivamente nos Correios, não sendo recebidos os envelopes carta-resposta entregues diretamente à UNILEVERPREV.

Parágrafo 5º - Os envelopes carta-resposta ficarão em poder da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, que se responsabilizará pela sua segurança e inviolabilidade, até que a Comissão Eleitoral os retire para apuração, dois dias após o encerramento da fase de votação.

Parágrafo 6º - Após a retirada da ECT dos envelopes com os votos enviados pelos eleitores, o que ocorrerá até as 10:00 horas do segundo dia após o encerramento da fase de votação, a UNILEVERPREV não receberá mais votos por correspondência.

CAPÍTULO V APURAÇÃO DOS VOTOS

Da Apuração dos Votos recebidos pela Internet

Artigo 43 - A apuração dos votos recebidos pela Internet será feita pelo próprio sistema computacional, após a totalização dos votos por correspondência.

Artigo 44 - Após o encerramento da votação eletrônica, o sistema gerará uma listagem que conterá apenas os nomes e as matrículas dos eleitores que votaram por este meio.

Da Apuração dos Votos recebidos pelos Correios

Artigo 45 - A apuração dos votos por correspondência começará no dia da retirada dos malotes dos Correios pela Comissão Eleitoral, e deverá terminar em no máximo 2 (dois) dias.

Artigo 46 - Os votos remetidos por correspondência serão retirados dos Correios pela Comissão Eleitoral, que os transportará para o local da apuração, armazenando-os em local seguro.

Artigo 47 - A Mesa Apuradora receberá os envelopes carta-resposta e identificará o remetente, para verificar se o eleitor é votante válido para o processo e se votou pela Internet, fazendo o confronto, manual ou automatizado, com as listagens que serão emitidas para este fim.

Parágrafo 1º - Se houver voto via Internet e por correspondência do mesmo eleitor, serão desconsiderados e anulados os votos por correspondência, sendo o envelope carimbado "desconsiderado duplicidade - votos nulos" e arquivado fechado.

Parágrafo 2º - Se não houver voto via Internet, mas o eleitor não for identificado como apto a exercer o direito de voto no processo, serão desconsiderados e anulados os votos por correspondência, sendo o envelope carimbado "desconsiderado não apto - votos nulos" e arquivado fechado.

Parágrafo 3º - Se o envelope carta-resposta não possuir a correta identificação do remetente possibilitando as conferências citadas nos parágrafos 1º e 2º anteriores, serão desconsiderados e anulados os votos por correspondência, sendo o envelope carimbado "desconsiderado não identificado - votos nulos" e arquivado fechado.

Parágrafo 4º - Se não houver voto via Internet e o eleitor for identificado como apto a exercer o voto no processo, o envelope carta-resposta será aberto e o envelope porta-cédula será retirado e, sem ser aberto, será depositado em uma urna para posterior apuração.

Parágrafo 5º - Caso a cédula esteja acondicionada no envelope carta-resposta sem o envelope porta-cédula, este voto, após retirado, deverá ser colocado em um envelope porta-cédula e depositado na urna para posterior apuração.

Parágrafo 6º - Caso o envelope carta-resposta não contenha a cédula, os votos serão contados como "brancos".

Artigo 48 - Antes da colocação do primeiro voto na urna, esta deverá ser inspecionada pela Mesa Apuradora, garantindo-se que esteja vazia.

Artigo 49 - Cada vez que se completar uma urna em que estão sendo colocados os votos por correspondência, ela deverá ser fechada e lacrada com o visto do Coordenador da Comissão Eleitoral e de Fiscais que assim o desejarem, sendo guardada em local seguro até o momento de sua abertura para apuração.

Parágrafo Único - Cada urna fechada deve ser numerada, emitindo-se ata com registro do número de votos coletados, registrando também as informações referidas nas alíneas I a VI do Artigo 58 deste Regulamento.

Artigo 50 - A apuração dos votos começará apenas após terem sido abertos todos os envelopes carta-resposta.

Artigo 51 - Antes de abrir cada urna, a Mesa Apuradora verificará se há indício de violação, decidindo sobre a validade dos votos contidos na urna.

Artigo 52 - Aberta a urna, a Mesa Apuradora verificará se a quantidade de envelopes corresponde à quantidade indicada na respectiva ata; não correspondendo, deliberará sobre o assunto.

Artigo 53 - Na apuração manual, à medida que forem sendo abertos os envelopes, as cédulas serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da Mesa Apuradora e os votos registrados no mapa de apuração.

Artigo 54 - Após fazer a leitura de voto branco ou nulo, e antes de ser anunciado o seguinte, a cédula será carimbada com a expressão "branco" ou "nulo", e rubricada no verso pelo Coordenador da Comissão Eleitoral.

Parágrafo Único - Cada cédula conterá voto para o Conselho Deliberativo e voto para o Conselho Fiscal, o que significa dizer que os votos serão considerados separadamente.

Artigo 55 - A apuração de urna só poderá ser interrompida por decisão da Comissão Eleitoral.

Parágrafo 1º - As urnas que estiverem abertas se em processo de contagem de votos, terão de ter sua apuração concluída independentemente do horário previsto para encerramento dos trabalhos a cada dia.

Parágrafo 2º - Em caso de interrupção, os envelopes porta-cédula ainda não abertos, as cédulas e os mapas de apuração serão recolhidos à urna, e está será fechada e lacrada, devendo a ocorrência constar da ata.

Artigo 56 - Concluída a apuração de uma urna, e antes de se passar à seguinte, a Mesa Apuradora deverá recolher as cédulas já apuradas, colocá-las na urna, fechando-a e lacrando-a, não podendo ser reaberta senão depois de tornado público o resultado final da eleição.

Artigo 57 - Encerrada a apuração de cada urna, a Mesa Apuradora preencherá a ata que conterá o mapa de apuração da urna afixando uma cópia do mapa de apuração em local de fácil acesso público.

Artigo 58 - Constarão da ata e do mapa de apuração:

I - data e hora de início e fim da apuração;

II - o número da urna apurada;

III - o mapa de apuração com os seguintes dados:

a) total dos eleitores votantes;

b) total de cédulas encontradas na urna;

c) total dos votos válidos;

d) total dos votos nulos;

e) total de votos brancos;

IV - ocorrências havidas durante a apuração;

V - assinatura dos Fiscais que assim o desejarem;

VI - outros fatos considerados relevantes pela Mesa Apuradora.

Artigo 59 - A Comissão Eleitoral, de posse das atas e mapas de apuração de todas as urnas, confeccionará o Mapa Geral de apuração e lavrará a Ata Final de Apuração.

Da Impugnação de Urnas e Votos

Artigo 60 - Antes da abertura de cada urna e durante a leitura de cada voto, o Fiscal credenciado poderá pedir verbalmente a impugnação de urna ou de voto, dando os fundamentos que a justifiquem.

Artigo 61 - As impugnações de urna ou de voto serão decididas pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo Único - A impugnação de um voto somente poderá ser pedida antes da leitura do seguinte, enquanto que a da urna, apenas antes de sua abertura.

Artigo 62 - Havendo solicitação de impugnação de urna, esta somente será aberta após a decisão da Mesa Apuradora e, havendo solicitação de impugnação de voto, a apuração será interrompida e somente continuará após a decisão da Mesa Apuradora.

CAPÍTULO VI NULIDADE DOS VOTOS

Artigo 63 - Serão declarados nulos os votos apurados com base nos parágrafos 1º e 2º seguintes:

Parágrafo 1º - Consignados em cédulas:

I - que não corresponderem ao modelo oficial;

II - que contiverem qualquer marca, além da consignação do voto;

III - quando for assinalada mais de uma opção de candidato para o mesmo Conselho;

IV - quando a marcação estiver colocada fora do quadrilátero próprio, desde que torne duvidosa a manifestação da vontade do eleitor.

Parágrafo 2º - Apurados com base nas atividades do Artigo 47, parágrafos 1º, 2º e 3º.

CAPÍTULO VII DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

Artigo 64 - Após a totalização dos votos por correspondência, registrada no mapa dos resultados finais, será feita a soma destes totais com os totais dos votos via Internet, apurando-se o resultado final da eleição.

Artigo 65 - Serão considerados eleitos, para ocupação de uma vaga do Conselho Deliberativo e de uma vaga do Conselho Fiscal, os dois candidatos que obtiverem maior número de votos, para cada vaga.

Parágrafo Único - Estarão automaticamente eleitos como suplentes no respectivo Conselho, os candidatos que compuserem as chapas vencedoras, inscritos para exercerem a função de suplente.

Artigo 66 - Havendo empate nas eleições ora em tela, os critérios para desempate serão, pela ordem:

I - maior tempo, contado em dias, de inscrição em plano administrado pela UNILEVERPREV;

II - tempo de efetivo exercício em uma das Patrocinadoras;

III - sorteio.

Artigo 67 - A Comissão Eleitoral, com base no resultado da apuração, elaborará o relatório final das eleições, com o total de votos válidos, votos brancos, nulos e abstenções, além do nome dos eleitos, encaminhando-o ao Coordenador da Comissão Eleitoral e aos candidatos, no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao do término da apuração dos votos.

Artigo 68 - A UNILEVERPREV conservará a documentação referente à presente eleição aos participantes e assistidos pelo prazo de 02 (dois) anos contados a partir da data da homologação de seu resultado final.

Artigo 69 - Após a apuração final dos votos, e na data prevista no Cronograma, a UNILEVERPREV divulgará aos participantes e às Patrocinadoras o relatório final do resultado da presente consulta.

Parágrafo Único - A UNILEVERPREV manterá disponível para consulta, por 30 (trinta) dias contados a partir da divulgação do resultado da apuração dos votos, o relatório final da votação.

Artigo 70 - Na hipótese de não ser preenchida alguma das vagas dos Conselhos de que trata o presente Regulamento, caberá às Patrocinadoras, a indicação do respectivo membro, até que sejam processadas novas eleições.

Artigo 71 - Os recursos, os casos omissos, as dúvidas e as reclamações que permanecerem sem solução ou cuja decisão comprometer a lisura do processo eleitoral, serão dirimidos pelo Coordenador da Comissão Eleitoral, em grau superior, que terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apreciar, decidir e encaminhar comunicado ao interessado.

Artigo 72 - Ficam aprovados e passam a integrar o presente Regulamento, os documentos e formulários a seguir discriminados:

Anexo I - Cronograma Eleitoral

Anexo II - Requerimento de Inscrição

Anexo III - Declaração da situação do candidato.

Anexo IV - Currículo do Candidato

São Paulo, 10 de setembro de 2012

ANEXO I

CRONOGRAMA ELEITORAL

EVENTO	DATA / PERÍODO
Comunicação da Eleição – publicação do Edital/site inicial	11/10/2012
Período de Inscrição de candidaturas	De 11/10 a 30/10/2012
Publicação dos currículos no site	31/10/2012
Período de validação de candidaturas (impugnação e análises)	De 01/11 a 09/11/2012
Publicação dos currículos homologados no site	12/11/2012
Período de divulgação dos candidatos	De 12/11 a 27/11/2012
Período de votação (Internet e correios)	De 28/11 a 07/12/2012
Apuração dos votos do correio	10 e 11/12/2012
Divulgação dos resultados no site	13/12/2012
Posse dos Conselheiros e Suplentes Eleitos	12/01/2013

ANEXO II

Requerimento de Inscrição

[illegible]

ANEXO II

Requerimento de Inscrição

[illegible]

ANEXO III DECLARAÇÃO DO CANDIDATO

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
declaro ter pleno conhecimento da legislação e estar ciente dos pré-requisitos e dos critérios de elegibilidade para concorrer a uma vaga no Conselho _____ da UNILEVERPREV- SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

Declaro também, estar ciente da minha responsabilidade quanto a este documento e as informações nele contidas, bem como declaro que estou de acordo com a divulgação da minha experiência profissional aos Participantes da UNILEVERPREV, eleitores deste pleito.

_____, ____ de _____ de 2012
(local)

Assinatura do Candidato

ANEXO IV
CURRICULO DO CANDIDATO

CURRICULO

Nome completo: _____

Nome pelo qual é mais conhecido (a): _____

Informo, no quadro abaixo, os dados curriculares que gostaria que fossem divulgados na Internet, a saber:

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima referidas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

_____, _____ de _____ de 2012.
(local)

Assinatura do Candidato

Observação: é conveniente anexar foto 3x4 ou 5x7 para divulgação com as informações.